

RECONHECIMENTO, TRATAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS VÍTIMAS NÃO À SUA VITIMIZAÇÃO

18 de Junho de 2010

GENERAL JOAQUIM CHITO RODRIGUES

O Estado e a cidadania atingem o seu ponto mais alto como agentes produtores de vítimas, ao terem participação direta no desencadear das guerras. O Estado e os seus agentes responsáveis por governar e administrar e, por isso, com responsabilidades perante os seus cidadãos, ao declararem a guerra para defesa dos seus superiores e legítimos interesses, estão a criar condições para o aparecimento de vítimas, quer civis quer militares. A cidadania, por seu lado, exige aos cidadãos a compreensão e o sacrifício em proveito do próximo e do próprio Estado, bem como o cumprimento de deveres o que conduz, igualmente, ao aparecimento futuro de vítimas resultantes normalmente do cumprimento desses deveres. Do cruzamento dos deveres do Estado com os deveres de Cidadania, se resulta normalmente progresso numa sociedade, conduz muitas vezes a um conjunto alargado de vítimas.

É um facto que a agressão pode ser considerada como um elemento estruturante da matéria orgânica e da vida. Mas a agressão, como mecanismo de defesa e de destruição, tem a sua expressão máxima na guerra, provocando o expoente máximo das vítimas: as vítimas de guerra. Daí que deveria competir ao Estado e à cidadania a resolução dos problemas nascidos do desencadeamento das guerras e não o abandono dos que utilizou na sua defesa, já que, regra geral, se preocupa com a reconstrução e o apoio das populações, homens, mulheres e crianças que as sofreram. As responsabilidades cruzadas deste triângulo mágico do Estado, Cidadania, Vítimas, têm nome. E passo a identificá-las: Reconhecimento, Tratamento, Acompanhamento e Não Vitimização das Vítimas. Já tenho dito que o nosso combatente tem sido normalmente aplaudido à partida e esquecido depois da chegada.

E o esquecimento é elemento que tem caracterizado o Estado seja qual tenha sido a configuração dos seus agentes políticos. No país e no estrangeiro, são inúmeros os meios complementares de apoio aos combatentes para salvaguardar as falhas do Estado no apoio àqueles que material, física ou mentalmente, mais precisam como vítimas de guerra. Entendemos que para ser vítima de guerra basta tê-la sofrido ou nela ter participado. Este conceito abrangente permite uma análise mais profunda de um complexo problema, Não tratem como coitadinhos os que tiveram que fazer a guerra e, dentro destes, os que se apresentam à sociedade, com problemas mais visíveis. Ao contrário das vítimas de stress pós-traumático em que há necessidade de determinar o nexos de causalidade, ou seja que o trauma existe e está relacionado com a guerra, os participantes numa guerra são de facto vítimas com ou sem trauma visível. Por isso o combatente, ao contrário de qualquer cidadão normal que tranquilamente vive o seu presente, pensando no futuro, carrega

consigo um passado de que não consegue libertar-se o qual, embora à maioria desses combatentes dê força, orgulho e honra, a outros, esses sentimentos são acompanhados de dor, sofrimento permanente e revolta. Importa pois encontrar para cada um desses seres humanos a terapia adequada.

É geralmente aceite que a terapia que constitui um complemento geralmente enriquecedor da vida desses combatentes, é sem dúvida o Reconhecimento. O Reconhecimento, por parte dos políticos e da sociedade em geral, do seu sacrifício e esforço realizado, ao serviço do país. Reconhecimento que pode ter expressões materiais e morais. O primeiro tipo de reconhecimento, o material, consome recursos, o segundo requer atitudes e alguma grandeza e coragem política. No reconhecimento material não se pode cair em soluções do tipo de complemento de pensão generalizada que se situa entre 20 e 40 cêntimos dia e que os combatentes consideram como uma esmola e não como qualquer reconhecimento ou solução para qualquer problema.

O reconhecimento Moral passa por ações públicas como a que foi facultada aos prisioneiros de guerra da Índia há relativamente pouco tempo, resgatando-os dos maus tratos recebidos à sua chegada tendo-lhes sido atribuída uma medalha e um complemento de pensão mensal. Daí também o regozijo recente dos combatentes da guerra colonial, ao sentirem-se todos representados na centena de combatentes que, pela primeira vez, trinta e cinco anos depois de ter terminado a guerra, no Dia 10 de Junho, em Faro, Dia de Portugal, desfilaram integrados na Cerimónia Militar e imediatamente atrás da Bandeira que tendo jurado defender, defenderam. Factos simbólicos que são verdadeira terapia. Outro fator que fortalece as hipóteses de sucesso das terapias aplicáveis, é o relacionamento e convívio com os camaradas que tendo passado por condições semelhantes, os compreendem e apoiam. Daí o nascimento de Associações que colmatando as falhas do Estado, tentam garantir esse convívio, o tratamento e se necessário o acompanhamento. Daí também os inúmeros convívios de combatentes e famílias que se realizam todos os anos por sua própria iniciativa ou das associações e se multiplicam com a passagem dos anos, até um dia. Daí os monumentos que esse Portugal profundo coloca como marcos de partilha de memória e de reconhecimento, de autarquias, populações e combatentes. Nos últimos cinco anos quase triplicou o número de monumentos relativos à guerra colonial, aproximando-se hoje dos 150.

Todos eles monumentos às vítimas da guerra colonial. Todos eles Monumentos aos soldados de Portugal vivos ou mortos. Haverá maiores vítimas da guerra colonial que os próprios mortos? Daí a existência da Liga dos Combatentes que desde 1923 se constitui como instituição patriótica e humanitária, num apoio mútuo permanente e solidário aos combatentes, desde os gaseados, mutilados cegos e carenciados de ontem, aos doentes, stressados e sem-abrigo de hoje. Lutamos quase há cem anos pelo apoio aos combatentes e pela não vitimização da vítima. Essas vítimas, que são soldados de Portugal, são muitas vezes, por conveniência política, apelidados de soldados ignorantes e enganados, o que lhes aprofunda o

incómodo e a dúvida interior e o sofrimento dos mais fracos, por afinal terem ou não servido bem o seu país. Esta posição que tem sido veiculada mais do que seria normal, tem dificultado o reconhecimento e a autoestima de muitos portugueses que estiveram na guerra. É notório o incómodo que neles provoca a acusação de que os militares, leia-se cidadãos combatentes, fizeram uma guerra injusta, atirando para cima deles, que apenas sofreram fazendo a guerra, a responsabilidade política da mesma. Este posicionamento não é de agora. Depois de serem grandes ao partirem para a IGG, foram abandonados após a guerra e muitos dos combatentes ao regressarem deficientes e gaseados, foram apresentados à população como cidadãos perigosos.

É conhecida a frase que percorreu a maior parte do século XX:- “É gaseado “, significando que não tem todo o juízo e é perigoso. Hoje, após a guerra do Ultramar, a situação é idêntica quando se afirma que um determinado cidadão “é stressado”. Para além de perigoso “é fraco, não aguentou” O universo dos cidadãos que servindo as suas Forças Armadas se viram envolvidos numa guerra e consequentemente foram delas vítimas, ou seja, sofreram dano ou prejuízo, sacrificando-se aos interesses de outrem, apresenta para nós três conjuntos com características diferenciadas:

- *Um conjunto que pelas mais diversas circunstâncias ultrapassou a guerra sem marcas aparentes, regressou mais resistente e mais consciente das contingências da vida real e desenvolveu, a partir daí, a sua vida normal. Constitui, no nosso caso, o grande conjunto dos válidos e capazes de poderem apoiar os seus antigos camaradas.*
- *É o conjunto das vítimas, de maior dimensão, que regressaram, face às terríveis situações vividas, mais homens e com o sentimento de ter ultrapassado dificuldades que os ajudaram a enfrentar o futuro com sucesso.*
- *Um segundo conjunto, felizmente mais pequeno, que as circunstâncias conduziram à necessidade de apoio e acompanhamento, alguns permanentes, quer resultando de problemas de saúde física, quer de saúde mental, de cuja invalidez a causa efeito foi inequivocamente a guerra.*
- *Um terceiro conjunto que tendo sido combatentes viu a sua vida degradada pelas mais diversas circunstâncias de saúde ou sociais, em cujo extremo se situa a exclusão social.*

Estes e suas famílias, necessitam por isso de apoio, quer do Estado, quer do primeiro conjunto. Temos pois combatentes – vítimas de guerra que regressaram válidos, vítimas que regressaram inválidos e vítimas que o tempo tornou carenciados ou excluídos socialmente A Liga dos Combatentes sendo uma Instituição abrangente da sociedade portuguesa, uma IPSS, que admite como membros qualquer cidadão desde que se reveja nos seus objetivos patrióticos e humanitários, tem no seu seio

estes três tipos de cidadãos e com eles desenvolve a sua ação quer no campo do apoio às vítimas, quer no campo da promoção da história, da cidadania, do ensino, do trabalho e da cultura. Neste campo da Cultura cito Freud que afirmava que “ tudo o que fortalece a cultura diminui o modelo de reação agressiva e também cria barreiras para a guerra. Ou seja a Cultura é um fator na redução de vítimas. Quanto a nós procuramos atuar e lutar, de uma forma pró-ativa pelo reconhecimento, apoio material e não material às vítimas da guerra e estamos prontos a garantir os fatores de proteção que resultam do apoio dos amigos e camaradas, do apoio de grupo nomeadamente, da família e dos serviços da Liga dos Combatentes e do Estado. E para isso temos programas e estruturas para os cumprir. Não deixo de fazer uma referência que se me apresentou ao escrever esta intervenção. O valor da não vitimização das vítimas. Se como afirmámos é reconhecida como uma das melhores terapias, a resultante do convívio e contacto com camaradas, interrogo-me porque razão os peritos e a sociedade em geral optaram por isolar, em grupos específicos, os mais necessitados de apoio quer físico quer mental e não optaram, uma vez identificados, como grupo, por mantê-los associados em conjunto com aqueles grupos de camaradas que melhor e mais facilmente os poderiam ajudar.

Esse facto tem conduzido à tendência de o Estado considerar resolvido o problema dos combatentes, ao resolver problemas do segundo conjunto que enunciei e que é felizmente uma minoria. Mas os problemas dos combatentes estendem-se pelos três conjuntos de combatentes e suas famílias que anteriormente foram referidos. E è de facto muito complexo e muito amplo no caso português. Deixamos para trás, hoje nos países amigos de expressão portuguesa, muitas vítimas de guerra de que somos moralmente responsáveis. A eles para além do apoio moral que lhes tem sido dado pela Liga dos Combatentes e outras Associações de Combatentes, nada mais tem sido feito pelo Estado português e há países onde é ainda hoje notória a sua discriminação social relativamente à população em geral. Ao falar em minorias permitam-me que aborde dois ou três aspetos que se constituem em icebergs das vítimas de guerra e têm motivos de apetência e atenção da comunicação social. Um o stress pós traumático de guerra, o outro a exclusão social de antigos combatentes, motivada por diversos fatores nomeadamente a pobreza extrema e o alcoolismo, cujo extremo se situa nos sem-abrigo. Estamos apoiando no terreno e tratando cientificamente estes problemas, com o apoio das Universidades, nomeadamente em Coimbra com a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

No âmbito do stress pós traumático, ou seja no mundo dos sintomas do reviver, evitar reviver ou estar alerta, onde os aspetos psicológicos, os problemas físicos medicamente inexplicáveis, o envelhecimento precoce, recomendam o apoio médico, psiquiátrico e psicológico, mas levantam a importância do chamado apoio dos Antigos Combatentes a Antigos Combatentes, temos para além dos problemas do passado recente, os problemas que irão resultar dos novos conflitos. Aí são já referenciados novos traumas causados por exposição permanente a grandes bombardeamentos e explosões ou resultantes de ferimentos profundos que antes se resolviam com cuidados médicos e hoje são de muito difícil reabilitação com os

consequentes problemas psicológicos, como acontece no Afeganistão. São situações que requerem atenção permanente. Em Portugal só 25 anos após a guerra do Ultramar se legislou (lei 46/99) instituindo o regime de apoio às vítimas de stress pós traumático de guerra. Foi assim reconhecido que a guerra é suscetível de causar situações de trauma psicológico que se traduz em sofrimento generalizado capaz de evoluir para a cronicidade. E vai mais longe, confere uma proteção criando uma Rede Nacional de Apoio a militares e ex-militares que padeçam dessa perturbação crónica em consequência de exposição a fatores traumáticos de stress durante a vida militar. Eu disse bem. Não é durante a guerra. É durante a vida militar. Compõem a RNA as instituições e os serviços integrados no Serviço Nacional de Saúde e no Sistema de Saúde Militar e em articulação com os serviços públicos, as organizações não governamentais.

O Estado reconhece entretanto a sua incapacidade para pôr a funcionar a RNA e recorre às Associações de Combatentes mais responsáveis assinando protocolos, partilhando assim responsabilidades com a cidadania. Surgem depois despachos ao nível do Ministério da Defesa Nacional tentando colmatar falhas ao nível do Ministério da Saúde, quer no Serviço Nacional de Saúde, quer na RNA, que se veem assim reforçadas com os meios exigidos às ONG para que tais protocolos sejam assinados. A Liga dos Combatentes está também nesse processo e tem hoje infraestruturas físicas e humanas que permitem para além da sinalização permanente, o tratamento, acompanhamento e encaminhamento de pacientes de stress. Em termos gerais, o esforço para proteger as vítimas de guerra é tão antigo como os próprios conflitos. O mesmo Estado que obriga os cidadãos, mesmo quando voluntários a prestar o serviço militar, a cumprirem os seus deveres em defesa do País, deverá ser o mesmo Estado a assegurar os direitos inerentes a esses cidadãos. Nem sempre assim acontece, pelo que os cidadãos sentem a necessidade de se organizarem em Instituições e Associações para defenderem os seus direitos de cidadania, muitas vezes com carácter humanitário e social. Não para substituir o papel do Estado que entendemos como primeiro responsável, mas sobretudo porque o Estado tem dificuldade em cumprir as suas obrigações e atribuir prioridades que em nosso entender deveriam neste caso ser atribuídas.

É histórico e conhecido que a Liga dos Combatentes assumiu desde sempre esse compromisso, e transformou-se em verdadeira Misericórdia dos Combatentes apoiando os cidadãos vítimas de traumas causados pela guerra e suas famílias, no reconhecimento dos seus direitos e respeito da sua dignidade como pessoas. Uma pergunta pode ser colocada. Tem o Estado e a Cidadania apoiado a Liga dos Combatentes? A resposta é: - Sim têm, mas de forma insuficiente. Os governos ao longo da sua história têm apoiado a Liga. Diria mesmo que era insustentável conceber a existência da Liga sem apoio do Estado. Tão pouco cumprir os Programas Estruturantes que tem em curso. Mas se é estatutário a obrigação desse apoio, digo que ele tem surgido apenas através do Ministério da Defesa Nacional e nenhum do Ministério da Saúde ou do Ministério da Segurança Social ou outros. As Autarquias apoiam localmente a generalidade dos Núcleos e temos mesmo cinco

terrenos concedidos pelas Câmaras para construir Lares para apoio de combatentes idosos que há cinco anos aguardam apoio dos vários programas do Ministério da Segurança Social, sem sucesso. Em termos de Cidadania direi que o cidadão é mais tocado por campanhas de televisão, ainda que para apoio de gentes longínquas, do que para o apoio direto das instituições de combatentes. Temos feito tentativas diretas junto de milhares de empresas e de todas as autarquias do país solicitando apoio para os nossos programas estruturantes de apoio à terceira idade e de saúde sem o sucesso que a causa quanto a nós merece. Uma conta aberta na CGD, há quatro anos, para o Programa Liga Solidária, de apoio à terceira idade, reuniu até hoje 59.000 Euros.

Longe vão os tempos de doações significativas de cidadãos, como é o caso da nossa própria sede em Lisboa, doada por Ana de Castro Osório. Enfim, quem nos conhece, e sabe que somos uma instituição perene, de voluntários sem vencimentos ou senhas de presença, recetora dos combatentes de todos os conflitos, incluindo os dos que já hoje decorrem; instituição abrangente da sociedade portuguesa da qual qualquer cidadão pode ser membro, reconhecerá que merecemos ser apoiados com alguma prioridade.

Minhas Senhoras e meus senhores

Espero ter sido suficientemente claro ao ter tentado justificar e ilustrar durante a minha exposição, as grandes responsabilidades cruzadas, resultantes deste triângulo mágico Estado, Cidadão, Vítimas militares da guerra. Termino reafirmando que elas são responsabilidades mútuas, de apoio moral e material por parte do Estado e do Cidadão, singular ou organizado, devendo proporcionar às Vítimas de Guerra serviços e atitudes que garantam: - Reconhecimento, Tratamento, Acompanhamento e Não Vitimização.